

BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS

Rede Moçambicana de Defensores de Direitos Humanos

Maputo, 23 de Outubro, 2020 Número 42

Português | www.cddmoz.org

Maputo continua de braços cruzados perante o sofrimento humano em Cabo Delgado



Uma rápida pesquisa pelo nome Matemo no Google fornece várias páginas que descrevem a ilha como um dos destinos turísticos de eleição no norte de Moçambique. Mas por estes dias, a beleza natural feita de praias com águas cristalinas e dunas de areia branca deixou de ser atractiva. Ninguém quer ficar em Matemo. A ilha paradisíaca virou um verdadeiro inferno. Após sucessivas investidas de grupos terroristas, milhares de pessoas estão a abando-

nar Matemo. Poucos conseguem fugir com os seus bens, mas todos carregam consigo histórias de terror e experiências traumáticas vividas nos últimos dias.

O grupo de deslocados que parte de Matemo para Pemba inclui milhares de pessoas que tinham aportado naquela ilha à procura de refúgio, depois dos ataques recentes registados nas aldeias do litoral do Distrito de Macomia. A saída massiva de pessoas verifica-se também em outras ilhas do arquipéla-



go das Quirimbas, sobretudo no Ibo, onde o sentimento de medo aumentou depois do ataque em Matemo.

As aventuras pela sobrevivência são feitas em barcos à vela que navegam sobrelotados e sem as mínimas condições de segurança. Há relatos de pessoas que passam quatro dias a viajar no mar, sem água e nem comida. A maioria chega à Pemba com sinais de desidratação e de fraqueza. Por isso, a assistência humanitária começa logo no local de desembarque - a praia de Paquitequete, onde é servida uma refeição quente e os doentes recebem os primeiros cuidados antes de serem encaminhados para os hospitais. Mais do que um local de desembarque, Paquitequete é um postal de sofrimento humano.

Com a chegada massiva de deslocados que precisam de todo tipo de apoio, várias organizações humanitárias e de voluntários acamparam na praia do Paquitequete, com destaque para a Fundação de Carida-

de Tzu Chi, Programa Mundial de Alimentação (PMA); Cruz Vermelha de Moçambique (CVM), Kuendeleia, Kupendana e o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC). A ajuda (muito pouca para quem perdeu ou deixou tudo para trás) só é feita à jusante, quando os deslocados pisam a terra firme da capital de Cabo Delgado. Nos locais de partida, não há nenhum tipo de assistência, nem das agências humanitárias, nem do Governo. Quem não tem pelo menos 500 meticais para pagar a viagem pelo barco está condenado a permanecer na zona do terror.

Em média desembarcam cerca de 1.000 pessoas por dia, a maioria sem um destino concreto para acomodação. Aliás, na hora de partida a maior preocupação é alcançar um destino seguro. "Quando chegam à Pemba, alguns deslocados são levados para Metuge, mas lá as condições são precárias e já não há espaço para mais pessoas. Outros deslocados são acolhidos em casas de familiares e/





ou de pessoas conhecidas. Arrisco-me a dizer que não há família em Pemba que não tenha acolhido um grupo de deslocados. Mesmo assim, há outros que permanecem na praia de Paquitequete porque não têm onde ir”,

explicou Abdul Ibrahim, residente local. Neste momento, (sobre) vivem em Pemba cerca de 100 mil deslocados, dos mais de 400 mil contabilizados em Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia.

O silêncio de Maputo e a agenda de Filipe Nyusi em Cabo Delgado

Sem surpresa, o Governo central mantém a sua postura de silêncio e inacção perante o sofrimento de milhares de pessoas que desembarcam em Pemba. A nova vaga de deslocados começou na quinta-feira, mas foi durante o fim-de-semana e início desta semana que a situação se agravou e fez soar os alarmes humanitários. Várias organizações e associações de voluntários acorreram ao local para prestar ajuda, mas a situação de alguns deslocados demandava cuidados médicos. E foi pela mão de voluntários que esses deslocados foram levados para o Hospital Provincial de Pemba, incluindo a bebé que nasceu durante a viagem de barco e a mãe. As equipas da Saúde mobilizaram-se para a praia de Paquitequete dias depois.

Na quarta-feira, o Secretário de Estado da Província de Cabo Delgado, Armindo Ngunga, falou à imprensa sobre a situação dos deslocados e fez uma revelação que ajuda a en-

tender a forma como o Governo está a lidar com os ataques terroristas e a crise humanitária: “Aquilo parecia ser uma acção que, eventualmente, poderia ser ultrapassada em pouco tempo. Por isso é que nós, nessa altura, chamamos esses sujeitos de malfeitores. Eles têm estado a crescer em termos de actuação, o que nos preocupa, sobretudo o requinte com que realizam as suas acções macabras”.

Na verdade, o Governo sempre procurou menosprezar os ataques terroristas em Cabo Delgado, caracterizando-os como uma mera situação de perturbação da ordem e tranquilidade públicas. Na primeira viagem que fez à Mocímboa da Praia dois meses depois do primeiro ataque registado em Outubro de 2017, o Comandante-Geral da Polícia, Bernardino Rafael, chegou mesmo a dar sete dias para que os atacantes se entregassem às autoridades. Em resposta, os terroristas intensificaram os ataques, espalharam o terror,

e em Março deste ano começaram a invadir as sedes distritais, incluindo a estratégica vila municipal da Mocímboa da Praia, que há dois meses continua ocupada.

Neste momento, o Governo central parece estar novamente a menosprezar o drama humanitário que se vive em Cabo Delgado. Na sessão do Conselho de Ministros de terça-feira, era expectável que a situação dos deslocados fosse discutida e, em função das constatações, que alguns ministros viajassem até Pemba para acompanhar de perto a situação. Mas nada disso aconteceu, a avaliar pelo comunicado distribuído à imprensa

pelo Secretariado do Conselho de Ministros. Ontem, quinta-feira, o Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, dirigiu o conselho coordenador de gestão de calamidades e um dos pontos da agenda foi a situação dos deslocados em Cabo Delgado e Manica.

Ainda ontem, o Presidente da República, Filipe Nyusi, chegou a Cabo Delgado com uma agenda de trabalho que destaca uma reunião do Partido Frelimo. Isto é, a principal missão do Chefe de Estado em Pemba é dirigir uma reunião partidária, numa altura em que cerca de 400 mil pessoas precisam de todo o tipo de ajuda.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

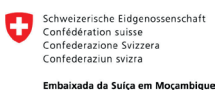
Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique



Kingdom of the Netherlands



National Endowment for Democracy
 Supporting freedom around the world